

Nota prévia	5
PARTE I.....	7
1. Princípios Orientadores do Projeto Educativo.....	7
1.1 Metas pedagógicas e Objetivos Gerais	8
1.2 Objetivos de desenvolvimento do Projeto Educativo.....	10
2. Intenções do Projeto Curricular de Escola	13
3. Relevância do Regulamento Interno	13
PARTE II.....	14
1. Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória	14
1.1. Princípios	14
1.2. Visão.....	15
1.3. Valores.....	16
1.4. Áreas de competências	17
2. Currículo.....	19
2.1. Conceito de Currículo.....	19
2.2. Gestão do currículo.....	19
2.3. Aprendizagens Essenciais.....	20
3. Formas de Organização Gerais.....	21
3.1. Calendário Escolar.....	21
3.2. Horário de Funcionamento da Escola.....	21
3.3. Recursos e Estruturas de Orientação Educativa	21
3.3.1. Organigrama do CEF.....	21
3.3.2. Recursos Materiais	22
3.3.3. Recursos Humanos	23
3.3.4. Serviços Especializados de Apoios Educativos.....	24
3.3.4.1. Serviços de Psicologia e Orientação.....	24
3.3.4.2. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva	28
3.3.4.3. Centro de Apoio à Aprendizagem	29
3.3.5. Apoios Educativos.....	31
3.3.5.1. Apoios enquadrados no Decreto-lei nº 54/2008 de 6 de julho	31
3.3.5.2. Medidas de promoção do sucesso escolar	31
3.4. Plano Anual de Atividades	32
3.5. Outros aspetos organizacionais	32
3.5.1. Critérios Gerais de Organização das turmas.....	32
3.5.2. Gestão do tempo escolar e organização dos horários das turmas.....	33

3.5.3. Ocupação dos tempos escolares dos alunos	33
4. Formas de Organização Curricular	34
4.1. Ensino Básico	34
4.2. Ensino Secundário	36
4.3. Formação Profissional	38
4.4. Cidadania e desenvolvimento	43
4.4.1. Plano de ação	44
4.4.1.1. Organização dos domínios a abordar no 2º e 3º ciclos:	44
4.4.1.2. Organização dos domínios a abordar no ensino secundário:	45
4.5. Disciplinas de oferta complementar	45
4.6. Educação inclusiva	46
4.6.1. Recursos específicos de apoio à educação inclusiva	46
4.6.2. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão	47
4.6.2.1. Diferenciação Pedagógica	48
5. Atividades de Enriquecimento Curricular	51
6. Parcerias e Iniciativas junto da Comunidade	52
7. Avaliação	53
7.1. Enquadramento	53
7.2. Critérios Gerais de Avaliação	56
7.3. Critérios Específicos de Avaliação	58
7.4. Critérios Gerais de Transição	58
7.5. Avaliação das disciplinas de oferta complementar e da atividade de estudo (2º e 3º ciclo)	59
PARTE III	60
1. Enquadramento do Plano de Turma	60
2. Esquema Organizativo para a concretização do Plano de Turma.	61
3. Esquema Conceptual	62
4. Divulgação e Avaliação do Projeto Curricular de Escola	63
4.1. Divulgação	63
4.2. Revisão/Avaliação	63

Nota prévia

“O que é verdadeiramente importante na Escola é o Homem, a quem as estruturas devem servir, e não o contrário.” (Moreno, 1978)

O Projeto Curricular de Escola tem como base os documentos que conferem real autonomia à Escola: o Projeto Educativo e o Regulamento Interno. Este possui uma articulação específica com o Projeto Educativo uma vez que consubstancia na prática a filosofia expressa neste. É, por assim dizer, a praxis devidamente enquadrada na realidade física e comunitária da Escola. Por outro lado, o Projeto Curricular de Escola constitui a adequação do Currículo Nacional à nossa comunidade educativa. Assim sendo, este projeto revela-se de extrema importância para toda a escola.

O Centro de Estudos de Fátima (CEF), sendo uma escola católica, oferece um serviço educativo a todos os que procuram uma educação para os valores, propondo-se orientar os alunos para a realização pessoal, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-se para uma aprendizagem consciente e responsável, de modo a construir um futuro coerente. Estas aprendizagens compreendem não só os conteúdos a ensinar e a fazer aprender, mas também outras atividades desenvolvidas fora do contexto das disciplinas: as dimensões do ser, do formar-se, do transformar-se, do criticar, do intervir, do construir, do “aprender a aprender”.

Considerando a educação uma realidade complexa com múltiplas implicações ao nível pessoal, social e global, o CEF propõe-se educar para um futuro próximo tendo subjacentes valores de participação, solidariedade e responsabilidade. À escola cabe o papel de orientar, preparar e facilitar o correto desenvolvimento dos seus educandos para o desempenho consciente dos seus papéis na sociedade e no mundo.

Assim, no triénio 2020/2023, o CEF visa a consolidação, o aprofundamento e o domínio de saberes, instrumentos e metodologias que fundamentem uma cultura humanística, científica, artística e técnica e, por outro, além de continuar a enfatizar o domínio da Língua Portuguesa iremos continuar a dar particular enfoque à aprendizagem da Língua Inglesa que, enquanto ferramenta transversal, assume um papel fulcral nas dinâmicas globais que se pretendem implementar no próximo triénio, bem como às aprendizagens nas áreas das novas tecnologias. Iniciaremos ainda um projeto que visa dotar o aluno de um conjunto de competências visando saber resolver os problemas práticos do dia a dia, essenciais à gestão da vida pessoal, familiar e comunitária.

A construção do Projeto Curricular de Escola deve contemplar a articulação horizontal e vertical dos currículos disciplinares, a interdisciplinaridade, o trabalho de projeto, as orientações curriculares, as metodologias a privilegiar e as várias ofertas educativas.

PARTE I

1. Princípios Orientadores do Projeto Educativo

O CEF centra a sua atividade pedagógica na educação para os valores, propondo-se orientar os alunos para a realização pessoal, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-os para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos, proporcionando-lhes um equilibrado desenvolvimento físico e elegendo como princípios e valores fundamentais os seguintes:

- Construir e tomar consciência da entidade pessoal e social;
- Participar na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica;
- Respeitar e valorizar a diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções;
- Valorizar diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão;
- Valorizar as dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros;
- Desenvolver o sentido de apreciação estética do mundo;
- Desenvolver a curiosidade intelectual, o gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo;
- Construir uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural;
- Criar hábitos de trabalho individual e em grupo e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança;
- Desenvolver a participação das populações nas ações educativas, nomeadamente dos alunos, docentes e famílias, na definição da política educativa, e na experiência pedagógica quotidiana;

- Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho.

O empenhamento em concertar princípios e conceitos, planificar ações e concretizar planos, ditou a necessidade de se identificarem as metas e objetivos gerais para os próximos três anos.

Entenderam-se as metas e objetivos gerais delas decorrentes como abrangentes e resultantes da pergunta: “Que escola queremos ser?”

Em resposta à questão, definiram-se os objetivos de desenvolvimento que constituem especificações dos objetivos gerais. Estes objetivos são pontos de partida para o estabelecimento de intenções, estratégias e ações que constam no Plano Curricular de Escola. Do mesmo modo, os vários intervenientes integram nos seus planos de trabalho e no Plano Anual de Atividades propostas com vista a efetivar os mesmos.

Pretende-se que o trabalho desenvolvido na escola, a todos os níveis, constitua um todo coerente e não apenas o somatório de atividades de cada órgão ou serviço, sem um corpo comum.

1.1 Metas pedagógicas e Objetivos Gerais

Estabelecem-se as seguintes metas para os próximos três anos (2020/2023):

- Melhorar ou manter os resultados escolares em todas as disciplinas (ver metas no PEE);
- Melhorar ou manter a taxa de sucesso e de aprovação em todos os anos (ver metas no PEE);
- Aumentar ou manter os resultados de excelência;
- Melhorar ou manter a posição da escola nos vários indicadores externos (ver metas no PEE);

- Incentivar o trabalho colaborativo nos domínios científico, pedagógico e didático
- Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação interna e de divulgação externa
- Assegurar a monitorização sistemática de toda a atividade escolar através de indicadores de medida.
- Das metas acima enunciadas, decorrem os objetivos gerais que a seguir se enunciam:
 - Articular o Projeto Curricular de Escola, os Planos de Turma e o Plano de Atividades da Escola com o Projeto Educativo de Escola.
 - Utilizar o Projeto Educativo de Escola como fio condutor de toda a atividade escolar.
 - Aprofundar, de forma consistente, a relação entre os planos curriculares, atividades de enriquecimento curricular e extracurriculares.
 - Desenvolver estratégias que envolvam o aluno nas suas aprendizagens e superação das suas dificuldades, criando dinâmicas de trabalho adaptadas.
 - Operacionalizar os meios para que o Projeto Educativo seja a ligação entre a realidade presente da escola, perspetivando novas realidades futuras.
 - Promover o sucesso escolar dos alunos atuando de forma efetiva nos casos identificados de insucesso.
 - Manter e reforçar um bom relacionamento pedagógico, proporcionando a resolução de problemas disciplinares.
 - Preservar o bom ambiente de trabalho entre os órgãos de direção da escola e os restantes elementos da comunidade escolar.
 - Fomentar a participação de todos os elementos da comunidade escolar na vida da escola, promovendo o trabalho coletivo e interdisciplinar.
 - Desenvolver uma dinâmica de avaliação do desempenho da escola com o objetivo de regular e melhorar o seu funcionamento.

- Valorizar a educação para a cidadania.
- Motivar os elementos da comunidade para uma participação ativa e cooperante no processo educativo.
- Promover a interação entre a escola e a comunidade envolvente.
- Revitalizar os espaços físicos da escola (interiores/exteriores) no sentido da sua contínua rentabilização.
- Otimizar os serviços e outras estruturas no sentido de prestar um melhor serviço à comunidade escolar.
- Promover a formação contínua de pessoal docente e não docente, tendo em vista a melhoria das suas competências profissionais para o melhor desempenho das suas funções.

1.2 Objetivos de desenvolvimento do Projeto Educativo

- Promover de forma regular e sistemática visitas de estudo ou outras atividades coerentes com os objetivos definidos, que ampliem os benefícios educativos, se possível numa perspetiva de interdisciplinaridade.
- Promover atividades de enriquecimento curricular em horários e condições que possibilitem o acesso a todos os interessados, de acordo com as motivações dos alunos e as decorrentes do Projeto Educativo.
- Promover o gosto pela utilização correta da língua portuguesa, reconhecendo a sua importância fundamental na vida da escola.
- Promover o gosto pela aprendizagem da língua inglesa, reconhecendo a sua importância fundamental num mundo global.
- Promover as aprendizagens nas áreas das novas tecnologias (Algoritmia, programação e robótica).

- Estimular a realização de trabalhos de projeto, que permitam aos alunos a aquisição de saberes trans e interdisciplinares e o desenvolvimento de competências.
- Sensibilizar os alunos para a defesa do ambiente e preservação da natureza e do património, para o gosto pela atividade física, para uma alimentação saudável, e educar para a sexualidade.
- Desenvolver estratégias que possibilitem o contato com outras culturas.
- Desenvolver estratégias de orientação e informação escolar e profissional com os alunos, pais e professores, no que respeita à problemática que as opções escolares envolvem.
- Promover atividades que permitam a aquisição de métodos e técnicas de estudo.
- Criar condições que possibilitem a realização de atividades lúdicas de ocupação dos tempos livres que constituam um desafio cognitivo, estético e ético.
- Desenvolver estratégias concertadas para a superação do insucesso escolar dos alunos com dificuldades de aprendizagem, nas turmas e nas disciplinas com maior insucesso, envolvendo os órgãos e serviços considerados necessários.
- Desenvolver estratégias que possibilitem a integração dos alunos com necessidades educativas especiais, de acordo com as suas capacidades e necessidades.
- Prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica a alunos, professores e pais/encarregados de educação, no contexto das atividades educativas.
- Desenvolver estratégias de aplicação do novo regime disciplinar dos alunos, baseados na prevenção de situações problemáticas.

- Organizar um plano anual de formação, a partir do inventário das necessidades e das áreas de interesse prioritárias do Projeto Educativo.
- Incentivar programas de informação/formação e espaços de diálogo para assuntos de interesse da comunidade escolar.
- Conceber a realização de ações de formação/sessões de esclarecimento para pessoal docente, não docente, pais e alunos.
- Desenvolver estratégias para melhorar os circuitos de comunicação entre as diversas estruturas da escola.
- Promover a discussão sobre as ofertas curriculares e de enriquecimento curricular.
- Promover a discussão sobre os critérios de desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular.
- Desenvolver e criar novos canais de comunicação com os Encarregados de Educação.
- Desenvolver tarefas/projetos com a participação ativa dos Pais/Encarregados de Educação.
- Desenvolver projetos em articulação com os serviços culturais e sociais da comunidade.
- Desenvolver programas e protocolos com instituições e setores de atividade da comunidade numa dinâmica de intercâmbios.
- Estabelecer programas de prestação de serviços à comunidade como parte integrante da educação para a cidadania e para os valores.
- Desenvolver e instituir formas de comunicação regular com a comunidade.
- Desenvolver iniciativas que progressivamente se constituam como elementos identificadores da escola.

2. Intenções do Projeto Curricular de Escola

O CEF, no seu Projeto Educativo apresenta como tema a desenvolver no triénio 2020-2023: **Sou um cidadão do mundo.**

A intenção de levar a efeito este projeto resultou de uma atenta reflexão em que se tomaram como prioridades: utilizar corretamente e fluentemente a língua inglesa na prática do discurso oral e escrito e desenvolver nos alunos os valores de cidadania sempre num contexto de respeito multicultural numa sociedade que se quer global.

Atendendo às prioridades consideradas, propõem-se intenções e estratégias de trabalho claramente definidas no nosso Projeto Educativo de Escola.

3. Relevância do Regulamento Interno

Para que o Projeto Curricular de Escola possa fluir na sua prática contínua, é necessário atender ao cumprimento do Regulamento Interno, que constitui um documento discriminativo de direitos e deveres dos elementos da comunidade educativa, bem como do funcionamento dos diferentes espaços e estruturas escolares.

PARTE II

1. Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória

Dado que o documento “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória” estabelece a matriz de princípios, valores e áreas de competências a que deve obedecer o desenvolvimento do currículo e atendendo a que este PCE é a adequação do currículo nacional à nossa escola, temos que aqui dar particular ênfase à estrutura do Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória que se constitui como documento de referência para a organização de todo o sistema educativo e como tal de tomada de decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular.

1.1. Princípios

Princípios que orientam, justificam e dão sentido ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A. Base humanista – A escola habilita os jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar.

B. Saber – O saber está no centro do processo educativo. É responsabilidade da escola desenvolver nos alunos a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo. Toda a ação deve ser sustentada por um conhecimento sólido e robusto.

C. Aprendizagem – As aprendizagens são essenciais no processo educativo. A ação educativa promove intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da educação e formação ao longo da vida.

D. Inclusão – A escolaridade obrigatória é de e para todos, sendo promotora de equidade e democracia. A escola contemporânea agrega uma diversidade de alunos tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista

cognitivo e motivacional. Todos os alunos têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos.

E. Coerência e flexibilidade – Garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos alunos no seu processo de formação requer uma ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos professores e educadores sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados, trazendo a realidade para o centro das aprendizagens visadas.

F. Adaptabilidade e ousadia – Educar no século XXI exige a perceção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.

G. Sustentabilidade – A escola contribui para formar nos alunos a consciência de sustentabilidade, um dos maiores desafios existenciais do mundo contemporâneo, que consiste no estabelecimento, através da inovação política, ética e científica, de relações de sinergia e simbiose duradouras e seguras entre os sistemas social, económico e tecnológico e o Sistema Terra, de cujo frágil e complexo equilíbrio depende a continuidade histórica da civilização humana.

H. Estabilidade – Educar para um perfil de competências alargado requer tempo e persistência. O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória permite fazer face à evolução em qualquer área do saber e ter estabilidade para que o sistema se adeque e produza efeitos.

1.2. Visão

A Visão de aluno integra desígnios que se complementam, se interpenetram e se reforçam num modelo de escolaridade que visa a qualificação individual e a cidadania democrática. Pretende-se que o jovem, à saída da escolaridade obrigatória, seja um cidadão:

- munido de múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia;
- livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia;
- capaz de lidar com a mudança e com a incerteza num mundo em rápida transformação;
- que reconheça a importância e o desafio oferecidos conjuntamente pelas Artes, pelas Humanidades e pela Ciência e a Tecnologia para a sustentabilidade social, cultural, económica e ambiental de Portugal e do mundo;
- capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e com capacidade de comunicação;
- apto a continuar a aprendizagem ao longo da vida, como fator decisivo do seu desenvolvimento pessoal e da sua intervenção social;
- que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta;
- que valorize o respeito pela dignidade humana, pelo exercício da cidadania plena, pela solidariedade para com os outros, pela diversidade cultural e pelo debate democrático;
- que rejeite todas as formas de discriminação e de exclusão social.

1.3. Valores

Todas as crianças e jovens devem ser encorajados, nas atividades escolares, a desenvolver e a pôr em prática os valores por que se deve pautar a cultura de escola, a seguir enunciados.

- Responsabilidade e integridade – Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum.
- Excelência e exigência – Aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros.
- Curiosidade, reflexão e inovação – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.
- Cidadania e participação – Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor.
- Liberdade – Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.

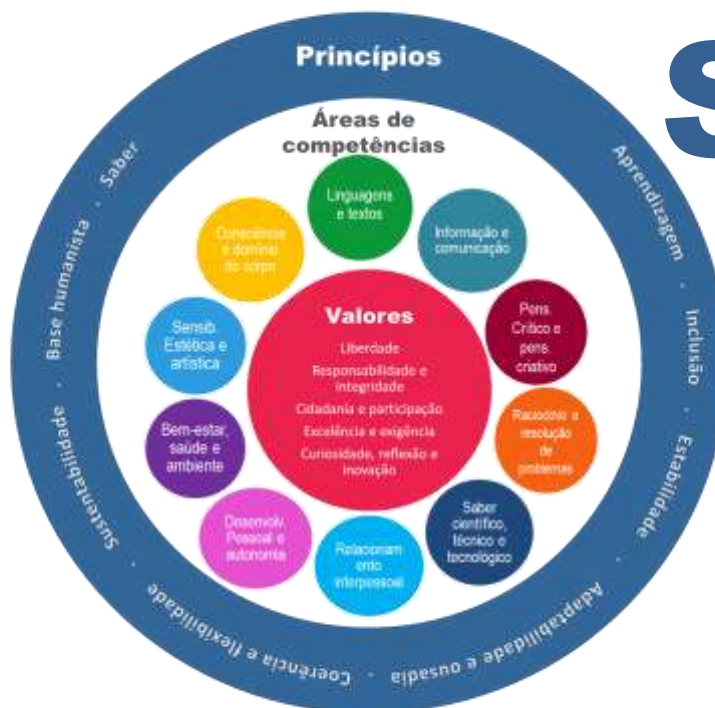
1.4. Áreas de competências

Sendo as competências combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes, são centrais no perfil dos alunos, na escolaridade obrigatória.

As áreas de competências são complementares e a sua enumeração não pressupõe qualquer hierarquia interna entre as mesmas. Nenhuma delas, por outro lado, corresponde a uma área curricular específica, sendo que em cada área curricular estão necessariamente envolvidas múltiplas competências, teóricas e práticas. Pressupõem o desenvolvimento de literacias múltiplas, tais como a leitura e a escrita, a numeracia e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, que são alicerces para aprender e continuar a aprender ao longo da vida.

As áreas de competências a considerar são:

1. Linguagens e textos
2. Informação e comunicação
3. Raciocínio e resolução de problemas
4. Pensamento crítico e pensamento criativo
5. Relacionamento interpessoal
6. Desenvolvimento pessoal e autonomia
7. Bem-estar, saúde e ambiente
8. Sensibilidade estética e artística
9. Saber científico, técnico e tecnológico
10. Consciência e domínio do corpo



Síntese

2. Currículo

2.1. Conceito de Currículo

O currículo é o que enforma o perfil definido do aluno. Pode ser entendido como o plano de ação que extravasa o tradicional espaço da sala de aula, ultrapassando o simples saber e saber fazer para atingir o saber ser. Prepara os alunos para uma cidadania efetiva, comprometida social e solidariamente, responsabilmente interventiva, que torne o cidadão, na sociedade globalizada em que vivemos, em pessoa capaz de potenciar as capacidades criadoras do ser humano, sem esquecer os limites éticos e técnicos.

O currículo concretiza-se em planos de estudo elaborados em consonância com as matrizes curriculares constantes no presente PCE.

2.2. Gestão do currículo

A programação das atividades de gestão e articulação curriculares são da responsabilidade dos grupos disciplinares que compõem cada um dos departamentos curriculares e é gerida a nível dos conselhos de turma, tendo em vista essencialmente a melhoria dos conhecimentos dos alunos e consolidação das aprendizagens.

As planificações anuais das diversas disciplinas são elaboradas pelos grupos disciplinares, aprovadas pelos respetivos departamentos disciplinares e ratificadas pelo conselho pedagógico.

A planificação e o desenvolvimento das atividades letivas devem nortear-se por uma cultura de rigor científico e de exigência no cumprimento dos currículos de cada disciplina. As planificações estão sujeitas a avaliação no final do período de acordo com as diretivas do conselho pedagógico, devendo sempre que necessário ser reajustadas com o objetivo de garantir o cumprimento dos planos curriculares, salvaguardando a aprendizagem dos alunos.

As planificações, depois de ratificadas pelo conselho pedagógico, são arquivadas nos dossiês dos departamentos curriculares.

2.3. Aprendizagens Essenciais

As Aprendizagens Essenciais são documentos de orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, em cada ano de escolaridade ou de formação, componente do currículo, área disciplinar ou disciplina, e visam promover o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

Tendo sido construídas a partir dos documentos curriculares existentes, as AE são a base comum de referência para a aprendizagem de todos os alunos, isto é, o **denominador curricular comum**, nunca esgotando o que um aluno tem de aprender. Desta forma, constituem-se, a par com o Perfil dos Alunos, como o referencial para a avaliação externa.

A componente do referencial curricular designada por **Aprendizagens Essenciais** expressa a tríade de elementos — **conhecimentos, capacidades e atitudes** — ao longo da progressão curricular, explicitando:

- o que os alunos devem saber (os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados concetualmente, relevantes e significativos);
- os processos cognitivos que devem ativar para adquirir esse conhecimento (operações/ações necessárias para aprender);
- o saber fazer a ele associado (mostrar que aprendeu), numa dada disciplina — na sua especificidade e na articulação horizontal entre os conhecimentos de várias disciplinas —, num dado ano de escolaridade.

Tudo isto integrado no ciclo respetivo e olhado na sua continuidade e articulação vertical, ao longo da escolaridade obrigatória.

3. Formas de Organização Gerais

3.1. Calendário Escolar

	1º Período	2º Período	3º Período
Início	17. Setembro	04. Janeiro	06. Abril
Fim	18. Dezembro	24. Março	09. Junho (9º, 11º e 12º anos) 15. Junho (7º, 8º e 10º anos) 30 Junho (5º e 6º anos)
Interrupções	21. Dezembro a 31. dezembro	15 a 17. Fevereiro 25. Março a 05. Abril	

3.2. Horário de Funcionamento da Escola

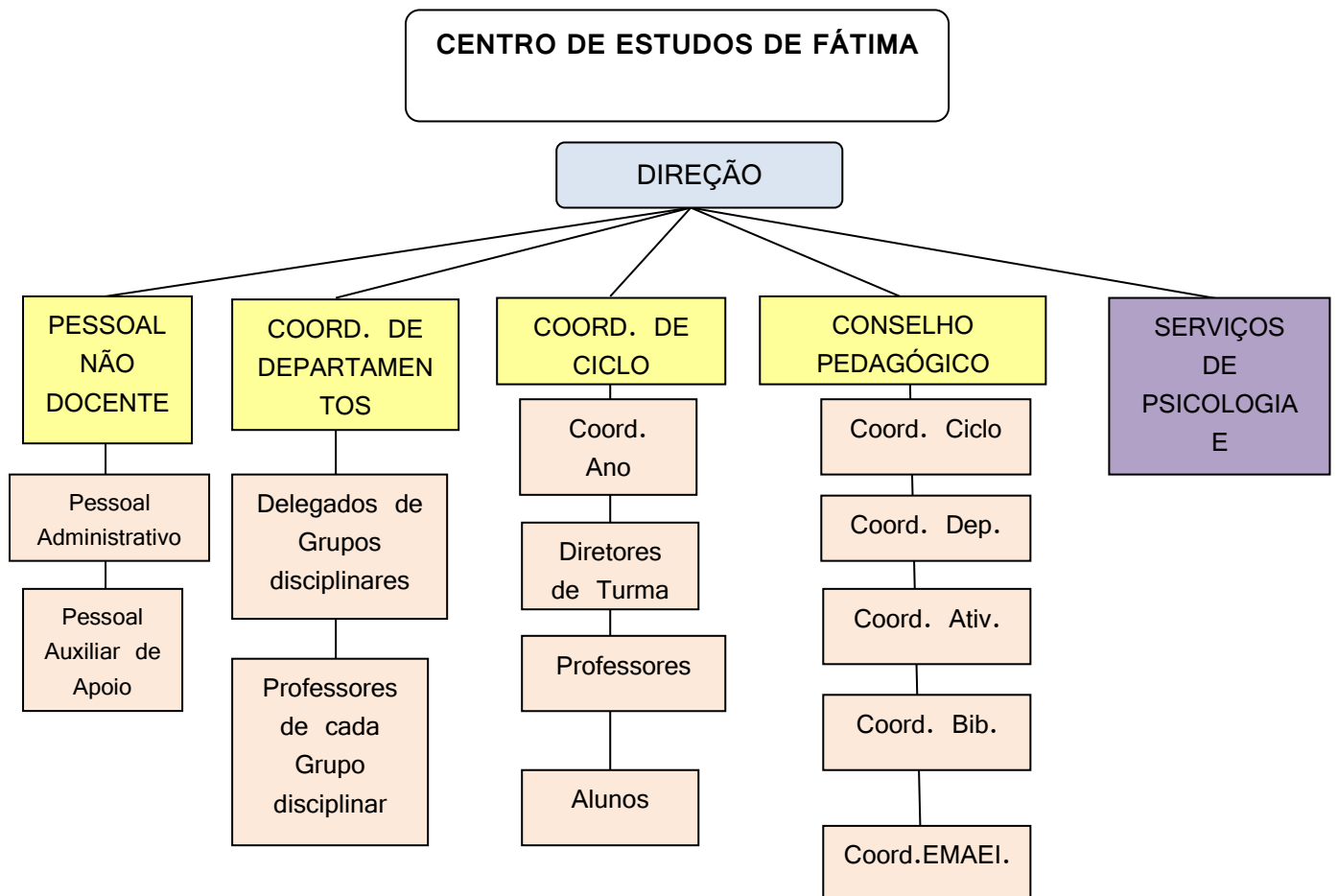
A escola funciona todos os dias úteis, entre as 8h15m e as 18h00m.

O horário de funcionamento das várias estruturas educativas (secretaria, bar, refeitório, reprografia, biblioteca...) a funcionar no espaço escolar encontra-se junto às respetivas instalações.

3.3. Recursos e Estruturas de Orientação Educativa

3.3.1. Organigrama do CEF

O Centro de Estudos de Fátima, é uma Associação de Institutos Religiosos, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, que tem a sua sede em Fátima. É um estabelecimento do Ensino Particular e Cooperativo, que em 1975 obteve o Alvará número 2179 do Ministério da Educação, de Estabelecimento de Ensino Particular.



3.3.2. Recursos Materiais

O complexo escolar do CEF é composto por três blocos distintos:

- Bloco administrativo e serviços de apoio: secretaria, administração, contabilidade, receção, gabinete dos Psicólogos, gabinete da Assistente Social, sala de reuniões, sala de informática, sala multiusos, sala de Exposições, ginásio, piscinas, vestiários, balneários, bar dos Alunos, cozinha e refeitório, sala de artes, oficina de manutenção.
- Bloco central: salas de aula, biblioteca, centro de recursos educativos, salas de atendimento aos Encarregados de Educação (Ensino Básico e Ensino Secundário), gabinete da Educação Especial, laboratório de Química, laboratório de Física, salas de apoio, oficinas, salas de Educação Tecnológica, sala de línguas estrangeiras, salas de atividades e enriquecimento curricular, sala de trabalho de Professores, sala e bar dos Professores, sala para

Funcionários, papelaria, ludoteca, salas de informática e salas de Educação Visual.

- Bloco do Auditório: Auditório, sala de rádio, salas de música, sala do InforCef e salas dos departamentos.

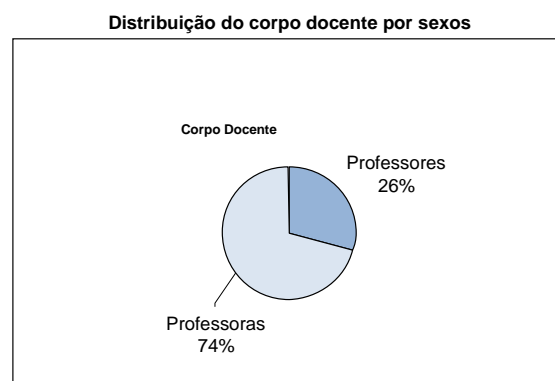
Para além dos recursos materiais indicados, o CEF dispõe também de um posto de transformação, casa do segurança, campos de jogos, zona de saltos, estacionamento, oficina auto e uma frota de autocarros que asseguram os transportes escolares.

Relativamente a material de apoio, o CEF dispõe de material audiovisual variado: projetores de slides, televisões e vídeos, câmaras de vídeo, máquinas fotográficas, projetores de vídeo, gravadores de som, computadores, tablets, quadros interativos, que se encontram ao serviço da prática docente e à produção de informação da Escola.

3.3.3. Recursos Humanos

Pessoal Docente

Ao serviço do CEF encontram-se 46 professores. A maioria dos professores é do sexo feminino, tendência que atualmente se verifica na maioria das escolas.



A média de alunos por cada professor é de 13,1.

Pessoal Não Docente

No ano letivo 2020/2021, o CEF tem ao seu dispor 28 funcionários não docentes, distribuídos genericamente por três categorias:

- Pessoal administrativo – constituído por um funcionário que coordena a frota de transportes e três funcionários de secretaria.
- Pessoal auxiliar da ação educativa e vigilantes – constituído por um funcionário de manutenção geral, catorze AAE, um funcionário de bar; cinco funcionários de limpeza e dois funcionários de papelaria.
- Serviços de Psicologia e Orientação – constituído por um psicólogo e uma professora de ensino especial (incluída no pessoal docente).
- O serviço de refeitório é assegurado pela empresa Uniself.

3.3.4. Serviços Especializados de Apoios Educativos

3.3.4.1. Serviços de Psicologia e Orientação

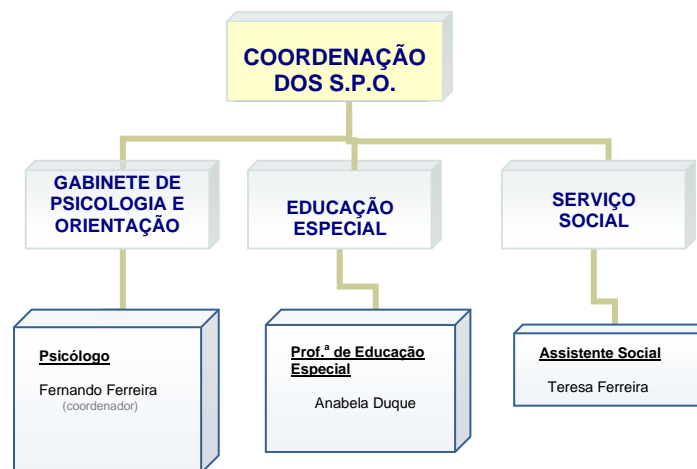
Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) são unidades especializadas de apoio educativo, integradas na rede escolar, que desenvolvem a sua ação no âmbito dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Os SPO asseguram, na prossecução das suas atribuições:

- A caracterização dos alunos com necessidades educativas individuais e o planeamento de estratégias adequadas;
- O apoio psicopedagógico dos alunos, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como a sua plena integração na comunidade escolar;
- A estreita interação com os órgãos diretivos e os professores da escola de forma a apoiar a tomada de decisões em questões de carácter pedagógico;
- O desenvolvimento de uma relação cooperante entre a escola e a família.

Os S.P.O., em colaboração com os professores e Diretores de Turma, promoverão uma orientação vocacional verdadeiramente integradora dos alunos dos Ensinos Básico e Secundário, de modo a apoiar o seu percurso escolar e o ingresso no mundo do trabalho.

A equipa técnica é composta por um Psicólogo, uma Técnica de Serviço Social, uma Professora de Educação Especial.



A equipa realiza reuniões periódicas de planificação e avaliação das atividades desenvolvidas pelos técnicos dos Serviços.

Gabinete de Psicologia e Orientação

É um Serviço especializado no apoio educativo, aconselhamento e orientação escolar/vocacional.

No desempenho das competências que lhes estão legalmente cometidas, o Gabinete de Psicologia e Orientação articula-se com outros serviços especializados de apoio educativo, tais como os Coordenadores de Ciclo, Coordenadores de Ano, Diretores de Turma, no quadro da complementaridade de atuações e visando a plena formação e integração escolar dos alunos.

São deveres dos SPO:

- elaborar um plano anual de atividades, decorrente do Projeto Educativo de Escola;

- cumprir as obrigações éticas para com os utentes, respeitando princípios de confidencialidade, privacidade e livre tomada de decisão;
- colaborar com a coordenação, os diretores de turma e outros professores no levantamento e acompanhamento de situações problemáticas;
- ter disponibilidade para atendimento individual de alunos, bem como de pais/encarregados de educação, professores e outros elementos da comunidade educativa relevantes para as situações de acompanhamento dos primeiros;
- participar nas reuniões de avaliação e coordenação, sempre que solicitado pelos coordenadores de ciclo.
- coordenar os trabalhos da EMAEI (Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva).
- colaborar na dinamização do CAA (Centro de Apoio à Aprendizagem);
- reunir com os pais e/ou encarregados de educação, outros docentes, técnicos de saúde e elementos da EMAEI para participar e colaborar na elaboração do Relatório Técnico-Pedagógico (RTP), do Programa Educativo Individual (PEI) e Plano Individual de Transição (PIT) sempre que se justifique.

No 3º Ciclo e no Ensino Secundário, o Gabinete de Psicologia e Orientação exerce ainda a sua atividade no domínio da Orientação Escolar e Profissional.

Serviço Social

São funções do Serviço Social a ação social escolar, destinada aos agregados familiares com uma situação socioeconómica desfavorecida e apoio aos alunos, pais/encarregados de educação com problemas sociais.

No Centro de Estudos de Fátima existe uma Técnica de Serviço Social.

O Serviço Social tem como principais objetivos:

- Minimizar as desigualdades socioeconómicas e culturais no sentido de combater a exclusão social e escolar;
- Promover uma melhor adaptação dos alunos ao meio escolar e social.

São funções da Assistente Social para a Ação Social Escolar:

- Informar os pais/encarregados de educação sobre o processo de candidatura ao subsídio escolar;
- Analisar os processos de candidatura;
- Entrevistar os pais/encarregados de educação que se considere necessário;
- Divulgar os resultados aos pais/encarregados de educação e Diretores de Turma e Coordenadores;
- Organizar e enviar para a DGEstE os processos de subsídio dos alunos com ASE e candidatos a Bolsa de Mérito;
- Distribuir as verbas pelos alunos subsidiados ao longo do ano.

São funções da Assistente Social para o Serviço Social:

- Colaborar com os diretores de turma no diagnóstico das situações familiares de alguns alunos que evidenciam problemas sociais;
- Participar nas reuniões de Conselho de Turma dos alunos acompanhados, sempre que se considere oportuno.
- Colaborar com o Gabinete de Psicologia e Orientação e com a Professora de Educação Especial, na planificação de estratégias de atuação relativas a alunos com necessidades educativas.
- Atender os pais e encarregados de educação, no sentido de os ajudar a resolver as situações, quer por si próprios quer em conjunto;
- Proceder a contatos com os pais/encarregados de educação no seu domicílio, sempre que necessário;

- Encaminhar os pais/encarregados de educação para outros serviços a fim de se resolverem as dificuldades diagnosticadas;
- Articular com outros serviços, nomeadamente a Segurança Social, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e Centro de Saúde, quer para facultar quer para receber informação sobre alguns alunos e famílias acompanhadas em conjunto de modo a planear uma intervenção mais adequada.

3.3.4.2. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

A equipa multidisciplinar é composta por elementos permanentes e por elementos variáveis de acordo com as orientações legislativas do Decreto-Lei nº 54/2008 de 6 de julho.

São funções da equipa multidisciplinar:

- Colaborar na sensibilização e dinamização da comunidade educativa no sentido do direito que os jovens com necessidades educativas têm de frequentar o ensino regular para a construção de uma sociedade tolerante e solidária.
- Colaborar na identificação das necessidades e nas propostas de remediação e solução, nomeadamente no que diz respeito aos apoios educativos a disponibilizar aos jovens com necessidades educativas.
- Identificar, conjuntamente com os restantes órgãos de gestão pedagógica, os recursos humanos e técnicos necessários à criação, na Escola, das condições ambientais e pedagógicas que conduzam a uma efetiva igualdade de oportunidades para todos os alunos.
- Colaborar na organização do processo de apoio aos alunos com necessidades educativas, nomeadamente ao nível das áreas de desenvolvimento e de

aprendizagem que se manifestem mais fragilizadas – "áreas fracas" – com vista à sua minimização e maximização das "áreas fortes".

- Colaborar com os docentes do ensino regular na planificação do trabalho a realizar com os alunos ou grupos de alunos, tendo em conta os percursos individuais dos mesmos, bem como na flexibilização curricular adaptada aos alunos.
- Colaborar com os docentes, os SPO, terapeutas, médicos, etc., na elaboração de diversos documentos que deem resposta às necessidades educativas das crianças e jovens.
- Propor medidas Universais, Seletivas e Adicionais aos alunos com Necessidades Educativas e Necessidades de Saúde Especiais, a fim de melhorar a sua performance em contexto de aprendizagem.
- Elaborar o relatório técnico-pedagógico previsto na lei e, se aplicável, o programa educativo individual e o plano individual de transição, de acordo com a legislação em vigor;
- Elaborar, quando necessário, o Plano Educativo Individual (PEI) e o Plano Individual de Transição (PIT);
- Colaborar com os docentes da turma na construção e avaliação de programas educativos.
- Formar e sensibilizar os auxiliares de ação educativa a fim de contribuírem eficazmente para uma integração positiva dos alunos.
- Colaborar, conjuntamente com os órgãos de gestão e orientação pedagógica, na identificação das necessidades de formação dos docentes no sentido da promoção de uma pedagogia diferenciada.
- Acompanhar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem.

3.3.4.3. Centro de Apoio à Aprendizagem

A escola possui um centro de apoio à aprendizagem, uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.

O centro de apoio à aprendizagem, em colaboração com os demais serviços e estruturas da escola, tem como objetivos gerais:

- Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar;
- Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

Constituem objetivos específicos do centro de apoio à aprendizagem:

- Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;
- Apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem;
- Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;
- Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;
- Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem;
- Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar. O centro de apoio à aprendizagem funciona num espaço específico – sala do CAA – apetrechada com os recursos considerados necessários.

3.3.5. Apoios Educativos

3.3.5.1. Apoios enquadrados no Decreto-lei nº 54/2008 de 6 de julho

A escola aposta numa educação inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social e do seu sucesso.

No centro da atividade da escola estão o currículo e as aprendizagens dos alunos. Mesmo nos casos em que se identificam maiores dificuldades de participação no currículo, cabe a cada escola definir o processo no qual identifica as barreiras à aprendizagem com que o aluno se confronta, apostando na diversidade de estratégias para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada aluno tenha acesso ao currículo e às aprendizagens, levando todos e cada um ao limite das suas potencialidades, ao seu sucesso.

Defende-se uma abordagem multinível que se baseie em modelos curriculares flexíveis, no acompanhamento e monitorização sistemáticas da eficácia do contínuo das intervenções implementadas, no diálogo dos docentes com os pais ou encarregados de educação e na opção por medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em diferentes níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para cada aluno adquirir uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses.

3.3.5.2. Medidas de promoção do sucesso escolar

Os Conselhos de Turma do Ensino Básico e Secundário elaboram planos de atividades de acompanhamento pedagógico, integrados nos planos curriculares de grupo/turma, orientados para a turma ou individualizados, com medidas adequadas aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos. Estes planos são avaliados de

forma contínua, participada e, sempre que necessário, em articulação com outros técnicos da educação e contacto regular com os Encarregados de Educação.

3.4. Plano Anual de Atividades

O Plano Anual de Atividades dará expressão às diferentes atividades das turmas, grupos de turmas, grupos disciplinares, grupos de trabalho, órgãos da escola. Tendo em conta que qualquer atividade desenvolvida com os alunos, ou para os alunos, faz parte integrante do seu currículo, aquando da sua proposta deverá considerar-se: os objetivos a atingir, os recursos materiais e humanos necessários, data de realização, destinatários e a avaliação da mesma.

O Plano Anual de Atividades é aprovado anualmente pelo Conselho Pedagógico.

3.5. Outros aspetos organizacionais

3.5.1. Critérios Gerais de Organização das turmas

A formação das turmas (tal como a organização dos horários) tem como pressuposto a criação de condições de igualdade para todos os alunos, ao longo do seu percurso escolar, procurando viabilizar as opções individuais em termos curriculares. No Ensino Secundário é utilizado um critério instrumental, ou seja, por opções curriculares. No caso de existirem várias turmas da mesma opção, os alunos são distribuídos de forma heterogénea em termos de nível académico. No Ensino Básico as turmas do ano inicial são constituídas de forma a que cada uma apresente características heterogéneas em termos académicos e seja equilibrada no que respeita ao género e à idade. Em ambos os níveis de escolaridade e nos anos de sequência vigora o critério da continuidade. Tendo por base a legislação em vigor, procura-se que o número de alunos por turma não ultrapasse os 28 alunos, dando, no entanto, prioridade à manutenção dos grupos/turmas que já estão formados.

3.5.2. Gestão do tempo escolar e organização dos horários das turmas

A organização dos horários pretende responder à necessidade das famílias terem os seus filhos/educandos em segurança durante parte substancial do dia em que os pais/EE se encontram a exercer a sua atividade profissional. Os horários escolares são organizados privilegiando a ocupação diária de pelo menos parte dos dois períodos (manhã e tarde).

As indicações específicas para a elaboração dos horários encontram-se em anexo ao presente documento.

3.5.3. Ocupação dos tempos escolares dos alunos

A escola organiza e proporciona atividades educativas aos alunos que asseguram a ocupação plena de todos os tempos escolares. Assim, e de forma a operacionalizar estas atividades, elabora-se anualmente um mapa de substituições (componente não letiva). Para uma melhor orientação dessas atividades, os respetivos Coordenadores, possuem um dossier com diverso material didático/pedagógico que facultam ao professor substituto no caso de ausência do professor titular da disciplina.

Para além deste esforço de organização de atividades que concorrem para a melhoria dos resultados dos alunos, a escola aposta ainda em outras medidas de compensação das faltas dos professores, nomeadamente:

- A existência de mecanismos de permuta interna de serviço entre docentes, quer a nível do Conselho de Turma, quer em cada departamento e grupo disciplinar, procurando rentabilizar os recursos, com benefício para professores e alunos;
- A mobilização dos docentes disponíveis, de modo a garantir a continuidade curricular, sempre que possível, e rentabilizando o tempo em função das atividades a executar;

- A constituição de equipas pedagógicas que organizem o seu trabalho escolar em torno da resposta às necessidades educativas dos alunos, em função do seu nível etário e ano de escolaridade;
- A coresponsabilização do departamento no processo, garantindo a reflexão, análise e promoção das condições pedagógicas necessárias ao desenvolvimento deste processo e à preparação e acompanhamento das atividades a executar.
- Quando não for possível assegurar a ocupação dos alunos com a realização de atividades letivas, nas condições anteriores, aproveita-se os recursos disponíveis, nomeadamente os espaços vocacionados para o apoio à componente curricular, o Centro de recursos/Biblioteca e os clubes, para proporcionar aos alunos outras atividades educativas, para a substituição das aulas, que, em situação de exceção, responda às ausências imprevistas.
- O objetivo será, sempre, que os tempos registados no horário do aluno sejam prioritariamente preenchidos com a realização de atividades letivas e que, até ao final do ano, em cada turma, sejam efetivamente lecionadas as aulas previstas para cada disciplina de forma a que as aprendizagens sejam uma realidade.

4. Formas de Organização Curricular

4.1. Ensino Básico

No ano letivo 2020/2021, 100 alunos frequentam o 2º Ciclo e 167, o 3º Ciclo.

Desenhos Curriculares do 2º Ciclo

	5º Ano	6º Ano
DISCIPLINA	Carga horária semanal (x90m)	Carga horária semanal (x90m)
Língua Portuguesa	2,5	2,5
História e Geografia de Portugal	1,5	1,5
Língua Estrangeira I Inglês	1,5	1,5
Matemática	3	3
Ciências da Natureza	1,5	1,5
Educação Visual	1	1
Educação Tecnológica	0,5	0,5
Educação Musical	1	1
TIC	0,5	0,5
Educação Física	1,5	1,5
Cidadania e Desenvolvimento	0,5	0,5
Total 1	15/1350 min	15/1350 min
Educação Moral Religiosa e Católica	0,5	0,5
Estudo	1	1
Speak Out! Project	0,5	0,5
Total 2	17/1530 min	17/1530 min

Desenhos Curriculares do 3º Ciclo

	7º Ano	8º Ano	9º Ano
DISCIPLINA	Carga horária semanal (x90m)	Carga horária semanal (x90m)	Carga horária semanal (x90m)
Língua Portuguesa	2	2,5	2,5
Língua Estrangeira I - Inglês	1,5	1,5	1,5
Língua Estrangeira II - Francês	1,5	1	1
História	1,5	1	1
Geografia	1	1	1
Matemática	2	2,5	2,5
Ciências Naturais	1,5	1,5	1,5
Físico-Química	1,5	1,5	1,5
Educação Visual	1	1	1
TIC	0,5	0,5	0,5
ET-Robótica	0,5	0,5	0,5
Educação Física	1,67	1,67	1,67
Cidadania e Desenvolvimento	0,5	0,5	0,5
Total 1	16,67/1500 min	16,67/1500 min	16,67/1500 min
Educação Moral Religiosa e Católica	0,5	0,5	0,5
Speak Out! Project	0,5	0,5	---
Total 2	17,67/1590 min	17,67/1590 min	17,17/1545 min

Nota: em 2020/2021 iniciou-se no 9º ano, uma área não curricular que denominamos Competências Práticas para a Vida.

4.2. Ensino Secundário

A Escola pretende dar resposta, de forma inovadora, às necessidades do mercado de trabalho do meio onde se encontra inserida. Esta atitude reflete-se na

oferta educativa facultando aos alunos cursos de prosseguimento de estudos e cursos profissionais. 340 alunos frequentam o Ensino Secundário no ano letivo 2020/2021.

Plano de Estudos do Ensino Secundário

Componentes de Formação		C. Ciências e Tecnologias (opção 1)					
		10º Ano	CHS x 90m	11º Ano	CHS x 90m	12º Ano	CHS x 90m
Geral	Cidadania e Desenvolvimento a)	Português	2	Português	2	Português	3
		L. Estrangeira I ou II	2	L. Estrangeira I ou II	2		
		Filosofia	2	Filosofia	2		
		Educ. Física	2	Educ. Física	2	Educ. Física	2
Específica	Cidadania e Desenvolvimento a)	Matemática A	3	Matemática A	3	Matemática A	3
		Física e Química A	3,5	Física e Química A	3,5	Biologia	2
		Biologia e Geologia	3,5	Biologia e Geologia	3,5	Química	2
		EMRC	1	EMR	1	EMR	0.5
Total x 90 m			19		19		12.5

Componentes de Formação		C. Ciências e Tecnologias (opção 2)					
		10º Ano	CHS x 90m	11º Ano	CHS x 90m	12º Ano	CHS x 90m
Geral	Cidadania e Desenvolvimento a)	Português	2	Português	2	Português	3
		L. Estrangeira I ou II	2	L. Estrangeira I ou II	2		
		Filosofia	2	Filosofia	2		
		Educ. Física	2	Educ. Física	2	Educ. Física	2
Específica	Cidadania e Desenvolvimento a)	Matemática A	3	Matemática A	3	Matemática A	3
		Física e Química A	3,5	Física e Química A	3,5	Física ou Química	2
		Geometria Desc. A	3	Geometria Desc. A	3	Aplic. Inf B	2
		EMR	1	EMR	1	EMR	0.5
Total x 90 m			18,5		18,5		12.5

Componentes de Formação		C. Ciências Socioeconómicas					
		10º Ano	CHS x 90m	11º Ano	CHS x 90m	12º Ano	CHS x 90m
Geral	Cidadania e Desenvolvimento a)	Português	2	Português	2	Português	3
		L. Estrangeira I ou II	2	L. Estrangeira I ou II	2		
		Filosofia	2	Filosofia	2		
		Educ. Física	2	Educ. Física	2	Educ. Física	2
Específica	Cidadania e Desenvolvimento a)	Matemática A	3	Matemática A	3	Matemática A	3
		Economia A	3	Economia A	3	Sociologia	2
		Geografia A ou História B	3	Geografia A ou História B	3	C. Política	2
		EMR	1	EMR	1	EMR	0.5
Total x 90 m			18		18		12.5

Componentes de Formação		C. Línguas e Humanidades						
		10º Ano	CHS x 90m	11º Ano	CHS x 90m	12º Ano	CHS x 90m	
Geral	Cidadania e Desenvolvimento a)	Português	2	Português	2	Português	3	
		L. Estrangeira I ou II	2	L. Estrangeira I ou II	2			
		Filosofia	2	Filosofia	2			
		Educ. Física	2	Educ. Física	2	Educ. Física	2	
Específica		História A	3	História A	3	História A	3	
		Matemática Aplicada às Ciências Sociais	3	Matemática Aplicada às Ciências Sociais	3	Sociologia	2	
		Geografia A	3	Geografia A	3	C. Política	2	
		EMR	1	EMR	1	EMR	0.5	
Total x 90 m			18		18		12.5	

4.3. Formação Profissional

No processo de modernização e adaptação qualitativa do sistema educativo, importa realçar que o mesmo deverá contribuir para a inovação e promoção da igualdade de oportunidades.

A promoção do sucesso educativo deverá visar a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais, melhorando deste modo as capacidades para a futura inserção profissional.

Assim, da nossa experiência, fica retida a necessidade de existência de alternativas formativas ao nível técnico profissional, para que se responda de uma forma mais ajustada ao meio envolvente.

No seguimento do efetuado em anos anteriores continuará esta escola a permitir aos seus alunos, à restante comunidade escolar local e a jovens que tendo abandonado o sistema de ensino/formação pretendam tornar a optar pelo mesmo, o acesso a formas o mais diversificadas possíveis (ensino regular, recorrente, tecnológico, profissional e outros).

Dentro destes subsistemas de ensino/formação continuamos a considerar a formação profissional o que melhor responde às necessidades e expectativas dos

jovens (entre os 15 e os 25 anos) desiludidos com o ensino regular ou com forte motivação para ingressar na vida ativa.

Assim pretende-se no presente ano dar continuidade às áreas e cursos iniciados nos anos anteriores (Técnico de Multimédia, Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores, Técnico Comercial, Técnico de Apoio Psicossocial e Técnico de Comunicação e Serviço Digital.

Referenciais de Formação

C. PROFISSIONAL DE MULTIMÉDIA								
Componentes de Formação		Carga horária (x 90m)						Total
		10º Ano	bl / sem	11º Ano	bl / sem	12º Ano	bl / sem	
Sociocultural	Português	72	2	72	2	69	2	213
	Língua Estrangeira I, II ou III	74	2	73	2	0	0	147
	Área de Integração	74	2	73	2	0	0	147
	Educação Física	35	1	35	1	24	1	94
	Tecnologias da Informação e Comunicação	67	2	0		0		67
	Subtotal	<u>322</u>	-	<u>253</u>	-	<u>93</u>	-	<u>668</u>
Científica	História e Cultura das Artes	70	2	35	1	29	1	134
	Matemática	35	1	35	1	64	2	134
	Física	0		35	1	32	1	67
	Subtotal	<u>105</u>	-	<u>105</u>	-	<u>125</u>	-	<u>335</u>
Técnica	FT1 – (Sistemas de Informação)	100	3	100	3	67	2	267
	FT2 – (Design, Comunicação e Áudio Visuais)	67	2	67	2	67	2	201
	FT3 – (Técnicas de Multimédia)	100	3	67	2	100	3	267
	Formação em Contexto de Trabalho	0	0	133	4	267	7	400
	Subtotal	<u>267</u>	-	<u>367</u>	-	<u>501</u>	-	<u>1135</u>
Total		694	20,0	725	21,0	719	21,0	2138

C. PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE ELETRÓNICA, AUTOMAÇÃO E COMPUTADORES								
Componentes de Formação		Carga horária (x 90m)						Total
		10º Ano	bl / sem	11º Ano	bl / sem	12º Ano	bl / sem	
Sociocultural	Português	72	2	72	2	70	2	214
	Língua Estrangeira I, II ou III	74	2	73	2	0	0	147
	Área de Integração	74	2	73	2	0	0	147
	Educação Física	35	1	35	1	24	1	94
	Tecnologias da Informação e Comunicação	67	2	0	-	0	-	67
	Subtotal	<u>322</u>	-	<u>253</u>	-	<u>94</u>	-	<u>669</u>
Científica	Matemática	67	2	66	2	67	2	200
	Físico-química	40	1,5	40	1,5	53	1,5	133
	Subtotal	<u>107</u>	-	<u>106</u>	-	<u>120</u>	-	<u>333</u>
Técnica	Automação e Computadores	100	2,5	73	2	100	3	273
	Eletricidade e Eletrónica	60	2	60	2	73	2	193
	Tecnologias Aplicadas	67	2	27	1	43	2	137
	Sistemas Digitais	60	2	70	2	0	0	130
	Formação em Contexto de Trabalho	0	0	133	3,5	267	7	400
	Subtotal	<u>287</u>	-	<u>363</u>	-	<u>483</u>	-	<u>1133</u>
Total		716	21,0	722	21,0	697	20,0	2135

C. PROFISSIONAL DE TÉCNICO COMERCIAL								
Componentes de Formação		Carga horária (x 90m)						
		10º Ano	bl / sem	11º Ano	bl / sem	12º Ano	bl / sem	Total
Sociocultural	Português	72	2	72	2	69	2	213
	Língua Estrangeira I, II ou III	74	2	73	2	0	0	147
	Área de Integração	74	2	73	2	0	0	147
	Educação Física	35	1	35	1	24	1	94
	Tecnologias da Informação e Comunicação	67	2	0		0		67
	Subtotal	<u>322</u>	-	<u>253</u>	-	<u>93</u>	-	<u>668</u>
Científica	Matemática	67	2	67	2	67	2	134
	Economia	50	1	50	1	34	1	134
	Subtotal	<u>117</u>	-	<u>117</u>	-	<u>101</u>	-	<u>335</u>
Técnica	Formação Tecnológica 1	66	3	66	3	117	4	249
	Formação Tecnológica 2	66	3	66	2	66	2	198
	Formação Tecnológica 3	100	3	100	3	83	2	283
	Formação em Contexto de Trabalho	0	0	133	3,5	267	7	400
	Subtotal	<u>232</u>	-	<u>365</u>	-	<u>533</u>	-	<u>1130</u>
Total		671	21,0	735	21,5	727	21,0	2133

C. PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE APOIO PSICOSOCIAL								
Componentes de Formação		Carga horária (x 90m)						Total
		10º Ano	bl / sem	11º Ano	bl / sem	12º Ano	bl / sem	
Sociocultural	Português	72	2	72	2	69	2	213
	Língua Estrangeira I, II ou III	74	2	73	2	0	0	147
	Área de Integração	74	2	73	2	0	0	147
	Educação Física	35	1	35	1	24	1	94
	Tecnologias da Informação e Comunicação	67	2	0		0		67
	Subtotal	<u>322</u>	-	<u>253</u>	-	<u>93</u>	-	<u>668</u>
Científica	Matemática	22	1	22	1	23	1	67
	Sociologia	44	1	44	1	46	1	134
	Psicologia	66	2	33	1	35	1	134
	Subtotal	<u>132</u>	-	<u>99</u>	-	<u>104</u>	-	<u>335</u>
Técnica	Área das Expressões	100	3	100	3	100	3	300
	Comunidade e Intervenção Social	60	2	60	2	60	2	180
	Animação Sociocultural	60	2	40	1	40	1	140
	Psicopatologia Geral	33	1	33	1	47	2	113
	Formação em Contexto de Trabalho	0	0	133	4	267	7	400
	Subtotal	<u>253</u>	-	<u>366</u>	-	<u>515</u>	-	<u>1133</u>
Total		707	21,0	718	21,0	712	21,0	2136

C. PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO E SERVIÇO DIGITAL								
Componentes de Formação		Carga horária (x 90m)						Total
		10º Ano	bl / sem	11º Ano	bl / sem	12º Ano	bl / sem	
Sociocultural	Português	72	2	72	2	69	2	213
	Língua Estrangeira I, II ou III	74	2	73	2	0	0	147
	Área de Integração	74	2	73	2	0	0	147
	Educação Física	35	1	35	1	24	1	94
	Tecnologias da Informação e Comunicação	67	2	0		0		67
	Subtotal	<u>322</u>	-	<u>253</u>	-	<u>93</u>	-	<u>668</u>
Científica	Matemática	35	1	35	1	63	2	133
	Psicologia	35	1	35	1	0	-	70
	Economia	49	2	49	1	35	1	133
	Subtotal	<u>119</u>	-	<u>119</u>	-	<u>98</u>	-	<u>336</u>
Técnica	Formação Tecnológica I	100	3	83	3	67	2	250
	Formação Tecnológica II	67	2	67	2	67	2	201
	Formação Tecnológica III	100	3	83	3	67	3	250
	Formação em Contexto de Trabalho	0	0	133	4	267	7	400
	Subtotal	<u>267</u>	-	<u>366</u>	-	<u>468</u>	-	<u>1101</u>
Total		708	21	738	22,0	659	20,0	2105

Em todos os cursos (no 10.º ano) é desenvolvida a disciplina de cidadania e desenvolvimento, numa articulação horizontal.

É oferecida a disciplina de EMRC com uma carga total de 81 horas.

4.4. Cidadania e desenvolvimento

No âmbito da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, foi criada a componente de Cidadania e Desenvolvimento, cabendo à escola aprovar a sua estratégia para desenvolvimento desta componente. Assim foi definido:

4.4.1. Plano de ação

4.4.1.1. Organização dos domínios a abordar no 2º e 3º ciclos:

APRENDIZAGENS ESPERADAS	DOMÍNIOS		TEMAS	METODOLOGIAS
	2.º CICLO	3.º CICLO		
<ul style="list-style-type: none"> - Conceção de uma cidadania ativa e responsável - Promoção de uma cultura democrática e inclusiva - Desenvolvimento de competências que visem a melhoria das capacidades sociais e o diálogo intercultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos Humanos - Igualdade de Género - Interculturalidade - Desenvolvimento sustentável - Educação ambiental - Saúde - Literacia financeira e educação para o consumo - Media - Segurança Rodoviária - Sexualidade - Instituições e participação democrática - Voluntariado 	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos Humanos - Igualdade de Género - Interculturalidade - Desenvolvimento sustentável - Educação ambiental - Saúde - Literacia financeira e educação para o consumo - Media - Segurança Rodoviária - Sexualidade - Instituições e participação democrática - Mundo do Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Os Direitos da Criança - O combate à discriminação - A convivência intercultural - A violência - O impacte das alterações climáticas - Alimentação e atividade física - O mundo das profissões - Globalização - As dependências - As consequências sociais dos acidentes rodoviários, ... 	<ul style="list-style-type: none"> - Debates / Fóruns de discussão - Pesquisa e tratamento da informação - Saída de campo - Produção de flyers - Organização de exposições - Organização de entrevistas, palestras, - Grelhas de observação, - Produção de relatórios e notícias, ...
METAS	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a cooperação para prevenir, resolver e mediar conflitos. - Capacitar para a adoção de comportamentos responsáveis. - Promover a participação regular em debates, de forma que os alunos aprendam a respeitar as regras do debate democrático, fundamentando as suas opiniões e respeitando as dos outros. - Contribuir para a melhoria dos resultados escolares dos alunos. - Possibilitar aos alunos a análise crítica do seu desempenho, mediante a utilização regular de instrumentos de autorregulação das suas aprendizagens, capacidade e atitudes. 			

4.4.1.2. Organização dos domínios a abordar no ensino secundário:

APRENDIZAGENS ESPERADAS	DOMÍNIOS	TEMAS / PROJETOS A DESENVOLVER	METODOLOGIAS
Competências inerentes a uma cultura democrática: - Atitude cívica e crítica individual - Relacionamento interpessoal (comunicação e do diálogo) - Relacionamento social e intercultural (desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos)	- Desenvolvimento sustentável - Direitos Humanos - Interculturalidade - Igualdade de Género - Saúde - Educação ambiental - Empreendedorismo social - Mundo do trabalho	Ciência, tecnologia e desenvolvimento na próxima década Desastres naturais e preservação do planeta Alterações climáticas e ambientais Inteligência artificial, robótica Energias renováveis e proteção da vida Energias renováveis e acessíveis Proteção da vida marinha Reduzir as desigualdades Racismo, género e educação Crenças, estereótipos, preconceitos e discriminação Igualdade de género Direitos vs deveres	- Pesquisa/tratamento da informação - Debates/Fóruns de discussão - Produção de <i>flyers</i> - Exposições - Entrevistas/palestras - Grelhas observação - Produção relatórios - Artigos de opinião

Nota: O cronograma da disciplina de Cidadania e desenvolvimento e dos projetos interdisciplinares (DAC), encontra-se em anexo ao presente documento.

4.5. Disciplinas de oferta complementar

Na prossecução do nosso PEE foi criada a disciplina de Speak Out! Project, que é desenvolvida nos 5º, 6º, 7º e 8º anos.

Entre outras finalidades esta disciplina pretende melhorar a oralidade dos nossos alunos na língua inglesa.

Ainda no sentido de atingir o que nos propomos no PEE (domínio da língua inglesa e fortes competências nas áreas tecnológicas), não sendo uma disciplina de oferta complementar, pois é de oferta obrigatória, mas não deixando de ser uma disciplina que confere identidade própria à escola, a disciplina de complemento à educação artística, do 3º ciclo, é desenvolvida como disciplina de educação tecnológica/robótica.

4.6. Educação inclusiva

A Educação inclusiva pretende contribuir para a igualdade de oportunidades e de sucesso educativo de todos os alunos, promovendo a existência de respostas pedagógicas diversificadas adequadas às suas necessidades específicas e ao seu desenvolvimento global.

É necessário que a escola respeite as diferenças e as tenha em conta nas diversas situações de ensino-aprendizagem, caso contrário, corre o risco de as transformar em desigualdades de aprendizagem e de sucesso. Esta realidade conduz a uma outra conceção de organização escolar que ultrapassa a via da uniformidade e que reconhece a diferença considerando, assim, a diversidade como um aspeto enriquecedor da própria comunidade.

A educação inclusiva pretende responder às potencialidades de cada aluno, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade.

4.6.1. Recursos específicos de apoio à educação inclusiva

- Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), orienta o processo de identificação das medidas, o acompanhamento e a monitorização da eficácia dessas medidas, reforçando o envolvimento de todos os intervenientes (docentes, técnicos, pais/encarregados de educação, o próprio aluno e outros parceiros).
- Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), é considerado uma estrutura de apoio, agregadora dos recursos humanos e materiais, transformando-se num espaço dinâmico valorizando os saberes e competências de todos. A EMAEI acompanha o funcionamento do CAA.
- Docente de Educação Especial, no âmbito da sua especialidade, apoia, de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, os demais docentes

do(s) aluno(s) na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão, de acordo com o Desenho Universal da Aprendizagem.

- Outros técnicos especializados.

4.6.2. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

As medidas de suporte são organizadas em três níveis de intervenção:

- **Universais**, correspondem às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens. Temos entre outras:
 - a) A diferenciação pedagógica;
 - b) As acomodações curriculares;
 - c) O enriquecimento curricular;
 - d) A promoção do comportamento pró-social;
 - e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.
- **Seletivas**, visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais. Consideram-se medidas seletivas:
 - a) Os percursos curriculares diferenciados;
 - b) As adaptações curriculares não significativas;
 - c) O apoio psicopedagógico;
 - d) A antecipação e o reforço das aprendizagens;
 - e) O apoio tutorial.

- **Adicionais**, visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão.

A mobilização das medidas adicionais depende da demonstração da insuficiência das medidas universais e seletivas. Consideram -se medidas adicionais:

- a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas;
- b) As adaptações curriculares significativas;
- c) O plano individual de transição;
- d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado;
- e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

4.6.2.1. Diferenciação Pedagógica

Sendo a diferenciação pedagógica uma das medidas universais, pela sua relevância e frequência, permitimo-nos desenvolver neste PCE um pouco mais das mesmas:

Sendo de aceitação universal, pela comunidade educativa, de que é necessário que a escola respeite as diferenças e as tenha em conta nas diversas situações de ensino-aprendizagem, caso contrário, corre o risco de as transformar em desigualdades de aprendizagem e de sucesso. Esta realidade conduz a uma outra conceção de organização escolar que ultrapassa a via da uniformidade e que reconhece a diferença considerando, assim, a diversidade como um aspeto enriquecedor da própria comunidade.

A diferenciação pedagógica é sempre desejável e possível, tendo em conta que os alunos não têm todos o mesmo passado escolar, o mesmo meio familiar, as mesmas aptidões/capacidades ou mesmo objetivos e porque a escola não deverá ser massificadora, mas sim respeitar o ritmo de cada um.

Desta forma, a diferenciação pedagógica assume enorme importância, não só para que todos os alunos atinjam no final de ciclo o perfil exigido a nível das competências, mas também para que a Escola e os professores possam fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que os alunos atinjam o sucesso.

A diferença é assim um dos fatores a ter em conta na ação da Escola e dos professores. Deste modo, a Escola deve criar condições para que os alunos tenham tempos, espaços e recursos materiais que melhor permitam as suas aprendizagens; por outro lado, os professores devem refletir e procurar soluções capazes de responder às situações de desadaptação, às diferenças de comportamento e aos diversos ritmos de compreensão e aprendizagem no contexto turma. Sendo assim, deverá a Escola assegurar que cada grupo-turma não possua mais do que o número mínimo de alunos estabelecido por lei para que o professor possa atender às necessidades de cada um.

As medidas de Diferenciação regularmente proporcionadas pela Escola são:

Sala de aula

É desejável que o professor adapte o seu grau de exigência, estratégias e conteúdos ao perfil da turma. Deverá, com os alunos, estabelecer regras de funcionamento que permitam a existência de um clima de trabalho adequado, de modo a desenvolver um conjunto de atividades diferenciadas. Estas podem ser desenvolvidas individualmente ou em grupo. Deverá garantir que todos os alunos estejam ocupados quando se presta atenção especial a alguns. Poderá implementar: trabalho individual; dinâmica pares/grupos; diálogo vertical e horizontal; jogos didáticos; projeção de diapositivos, acetatos, videogramas, brainstorming, pesquisa, assembleia.

Apoio Educativo

- Apoio Pedagógico

A prática pedagógica tem demonstrado que o recurso a metodologias e estratégias diversificadas, em contexto de sala de aula, permitem sistematizar e

consolidar conteúdos, contribuindo para melhorar significativamente o aproveitamento dos alunos. O CEF proporciona apoio adicional e individualizado, ajustado às especificidades dos mesmos, como forma de desenvolver as aprendizagens e competências, nas diversas disciplinas que compõem o desenho curricular. Estes apoios são implementados em todos os níveis dos 2º, 3º Ciclos e Secundário, de forma a colmatar lacunas inerentes ao processo de ensino e de aprendizagem e preparar os alunos para os exames nacionais.

Neste sentido, cada grupo de alunos beneficiará de aulas de apoio pedagógico, a partir da avaliação do 1º Período.

- Apoio a alunos oriundos do estrangeiro

O apoio específico à língua portuguesa, facultado aos alunos oriundos de países estrangeiros, pretende facilitar a sua integração na comunidade local, melhorar a comunicação e a utilização da língua Portuguesa em diferentes áreas do saber e do quotidiano dos alunos. A Escola disponibiliza apoio individualizado aos alunos de acordo com as necessidades identificadas pelo Conselho de Turma e registadas nos Projetos de Atividades de Turma.

- Sala de Estudo

Este espaço surgiu da necessidade de gerir o tempo livre dos alunos enquanto esperam pelo início das aulas no turno da manhã e pelos transportes escolares ou da família no turno da tarde. As atividades pedagógicas, dinamizadas com o apoio dos professores, servirão de complemento ao estudo dos conteúdos e possibilitarão o desenvolvimento de hábitos e métodos de trabalho, bem como a autonomia, a responsabilidade e a socialização.

Equipa Multidisciplinar e Multilingue

A criação de uma equipa multilingue e multidisciplinar visa a definição e aplicação de metodologias de aprendizagens, que fomentem, de forma faseada, o domínio progressivo da língua portuguesa por parte dos alunos que não têm o português como língua materna.

Esta equipa, composta por professores de línguas e psicólogo, deverá recolher junto dos professores do Conselho de Turma os resultados da avaliação diagnóstica em cada disciplina, definir um plano de integração curricular e fazer a ligação entre os vários elementos da comunidade educativa, acompanhando a integração do aluno e disponibilizando informação a todos os elementos, sempre que solicitada.

Em conformidade com o Quadro Europeu Comum de Referência (Q.E.C.R.), prevê-se a existência de vários grupos de nível de proficiência (G.N.P.) aos quais serão proporcionadas aulas de apoio pedagógico a Português. A carga horária semanal será fixa, incluída no horário do aluno e definida pelos órgãos de gestão da escola. Qualquer aluno, de acordo com o seu progresso, poderá transitar de nível em qualquer altura do ano.

Os alunos deverão possuir um *portfolio* que apresente o registo das competências adquiridas em língua portuguesa, de forma a constituir um instrumento de comunicação e facilitar a continuidade das aprendizagens noutra escola.

5. Atividades de Enriquecimento Curricular

No âmbito das atividades de enriquecimento, destacamos o Desporto Escolar e os Clubes, que visam um equilibrado desenvolvimento físico, a promoção da realização pessoal e comunitária dos alunos, contribuindo assim para a formação integral do discente como futuro cidadão autónomo e interventivo.

No presente ano letivo funcionam as seguintes atividades de enriquecimento curricular:

- Desporto Escolar;
- Clube de Português e História
- InforCef
- Clube de Inglês;

- Clube de Francês;
- Clube de Ciências;
- Eco-Escola
- Clube de Matemática;
- Clube de Solidariedade;
- Clube de Robótica, Algoritmia e Programação

6. Parcerias e Iniciativas junto da Comunidade

Apresentam-se algumas atividades lúdico-pedagógicas que a escola pretende levar a efeito, em parceria com instituições regionais e nacionais.

Neste contexto, destacam-se as seguintes:

- Visitas a Instituições de Solidariedade Social;
- Atividades do Desporto Escolar;
- Semana Cultural CEF;
- Generalização da natação às escolas do 1º Ciclo de Fátima, em parceria com a Câmara Municipal de Ourém;
- Articulação com os Centros de Saúde no que concerne ao desenvolvimento de ações conducentes à proteção e promoção da saúde global, de acordo com o estabelecido no Ofício-Circular n.º69, de 20 de Outubro de 2006.
- Cedência de instalações desportivas a escolas, clubes e associações da cidade (BVF, GNR, Paróquia, CDF, outros).
- Cedência do auditório e técnicos para dinamizações culturais de associações do concelho e limítrofes.
- Apoio aos peregrinos.

7. Avaliação

7.1. Enquadramento

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

Sendo assim, a avaliação visa:

- Apoiar o processo educativo de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento dos projetos curriculares de escola e de turma, nomeadamente, quanto à seleção de metodologias e recursos em função das necessidades educativas dos alunos;
- Certificar as diversas competências adquiridas/conhecimentos no final de cada ciclo de estudos;
- Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e promovendo uma maior confiança social no seu funcionamento.

Importa referir também que a avaliação incide sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas áreas e disciplinas, de cada ciclo, considerando a concretização das mesmas no projeto curricular de escola e no projeto curricular de turma, por ano de escolaridade.

As aprendizagens ligadas a componentes do currículo de carácter transversal ou de natureza instrumental constituem objeto de avaliação em todas as áreas curriculares e disciplinas.

Processo de Avaliação

O processo de avaliação de um aluno compreende três formas de avaliação: a diagnóstica, a formativa e a sumativa.

A avaliação diagnóstica que:

- Realiza-se no início do ano ou sempre que considerado oportuno;
- Pretende fundamentar estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional;

A Avaliação formativa que:

- assume carácter contínuo e sistemático; visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem;
- inclui uma vertente de diagnóstico, tendo em vista a elaboração e adequação do Projeto Curricular de Turma e conduzindo à adoção de estratégias de diferenciação Pedagógica;
- fornece a todos os elementos envolvidos no processo de aprendizagem (aluno, pais e restantes intervenientes) informação sobre o desenvolvimento do mesmo, por forma a rever e melhorar os processos de trabalho;
- é da responsabilidade de cada professor em diálogo com os alunos e em colaboração com os outros professores, serviços especializados de apoio educativo e encarregados de educação.
- se formaliza a meio e no final de cada período letivo, de modo regular o processo de ensino-aprendizagem, permitindo rever e melhorar os métodos de trabalhos de professores e alunos.

A Avaliação sumativa que:

- consiste na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como funções principais o apoio ao processo educativo e sua certificação.
- se realiza no final de cada período letivo, ano escolar e ciclo.

- se expressa, nas Áreas Curriculares Disciplinares, de forma quantitativa
- inclui:
 - a Avaliação Sumativa Interna, da responsabilidade dos professores e da Escola, que se realiza no final de cada período letivo, utilizando a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa.
 - a Avaliação Sumativa Externa, da responsabilidade dos serviços centrais do Ministério da Educação.

Critérios de Avaliação

No início de cada ano letivo, o Conselho Pedagógico aprovará os critérios de Avaliação para cada Ciclo e Ano Curricular sob proposta dos Departamentos Curriculares.

Estes critérios constituem referências comuns no interior da escola, sendo operacionalizados pelo Conselho de Turma no âmbito do Projeto de Turma.

No final de cada período letivo o Conselho de Turma reunirá para proceder à avaliação sumativa interna de cada aluno da turma. Neste conselho, cada professor proporá um nível que reflita um juízo globalizante sobre o desenvolvimento dos conhecimentos, competências, capacidades e atitudes de cada aluno.

O Conselho de Turma deve adotar um critério uniforme no caso dos alunos que possam não ser avaliados por falta de elementos. Nestes casos, será atribuída uma alínea correspondente à situação observada.

No Conselho de Turma de final de ano letivo, o mesmo terá de se pronunciar sobre a transição ou retenção do aluno. Para levar a cabo esta tarefa, deverá ter em conta os critérios de transição neste documento explicitados (*vide* Parte II, Cap.7.3). No entanto, e salvo casos especiais, o Conselho de Turma para se pronunciar sobre a transição ou não do aluno poderá ter em consideração os seguintes fatores:

- Idade - desfasamento entre a idade cronológica e a idade de frequência;
- Interesse - demonstrado pelas atividades realizadas nas aulas;

- Assiduidade - ser assíduo às aulas e às atividades propostas;
- Outros interesses considerados válidos, mas divergentes dos escolares.

Em qualquer situação, o Conselho de Turma deverá explicitar em ata os fundamentos da deliberação.

7.2. Critérios Gerais de Avaliação

A avaliação deve ser global e ter em conta os conhecimentos (Saber), as capacidades/Aptidões (Saber Fazer) e as atitudes/Valores (Saber Ser).

A avaliação deve ser orientada por um conjunto de princípios básicos:

- Diversificação de instrumentos de avaliação: teste de avaliação (não mais de um por período com exceção das disciplinas sujeitas a avaliação externa), relatórios, trabalhos de grupo, pesquisa, trabalhos individuais, grelhas de observação direta, portfólios, etc.
- Adequação dos instrumentos de avaliação às necessidades educativas dos alunos de acordo com o ciclo de ensino frequentado;
- Envolvimento dos encarregados de educação no processo de avaliação da aprendizagem dos seus educandos, participando ativamente quer na análise da avaliação dos mesmos, quer nas reuniões de encarregados de educação destinadas ao mesmo fim.
- Apreciação global do trabalho desenvolvido e do aproveitamento dos alunos ao longo do ano pelo Conselho de Turma, sendo a classificação atribuída no final de cada período letivo a tradução desse trabalho.
- O professor deve, no início de cada ano letivo informar os alunos dos critérios e instrumentos de avaliação a utilizar ao longo do ano.

Deverão ser tidos em conta os seguintes critérios para a realização de provas/tarefas de avaliação:

- Quando o professor informar os alunos das datas de realização de provas escritas e/ou práticas deve registar essas datas no livro de ponto da turma.
- Os alunos não devem realizar mais do que uma prova escrita e/ou prática no mesmo dia excetuando quando as circunstâncias assim o obriguem, devidamente fundamentadas ou se os alunos assim o desejarem.
- Nos enunciados das provas escritas, tipo teste, deve ser referenciada a cotação atribuída a cada questão.
- As provas escritas devem ser corrigidas e entregues com a máxima brevidade, no horário normal da aula.
- A correção das provas escritas de avaliação deve ser apresentada aos alunos, de forma oral ou escrita, pelo professor da disciplina.
- Nas provas escritas corrigidas, devem registar a pontuação atribuída pelo professor a cada questão.
- As provas escritas de avaliação, depois de classificadas, devem ser rubricadas pelo encarregado de educação do aluno, sendo desejável a verificação da respetiva rubrica pelo professor da disciplina.

A terminologia das provas escritas de avaliação efetiva-se de acordo com a tabela seguinte:

	Avaliação Qualitativa	Avaliação Quantitativa
Ensino Básico	Fraco	0 - 19 %
	Não Satisfaz	20 - 49 %
	Satisfaz	50 - 69 %
	Satisfaz Bem	70 - 89 %
	Satisfaz muito Bem	90 - 100 %
	Avaliação Qualitativa	Avaliação Quantitativa
Ensino Secundário	Fraco	0 – 7 valores
	Insuficiente	8 - 9 valores
	Suficiente	10 - 13 valores
	Bom	14 - 17 valores
	Muito Bom	18 - 20 valores

Nota:

A utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de avaliação não permite ver o estudante sob todos os ângulos, o que pode induzir em erros graves. Se há alunos que evidenciam melhor as suas competências com um determinado tipo de instrumento, cumpre ao professor prepará-los para poderem responder o mais adequadamente possível, qualquer que seja o instrumento utilizado. Há que saber dosear a utilização de técnicas e instrumentos de avaliação, racionalizando-os no sentido de potenciar o seu valor e esbater as dificuldades do seu uso. É, assim, política da escola a diversificação dos instrumentos de avaliação.

7.3. Critérios Específicos de Avaliação

Estes critérios serão definidos anualmente em grupo disciplinar e aprovados no Conselho Pedagógico para cada ano letivo. Os mesmos encontram-se arquivados nos respetivos dossiers disciplinares. Cada professor dará conhecimento aos seus alunos dos critérios específicos de avaliação definidos para a sua disciplina, bem como aos Encarregados de Educação na reunião de apresentação que se realiza no início de cada ano letivo.

7.4. Critérios Gerais de Transição

Por decisão do Conselho Pedagógico foi deliberado “que nos 2º e 3º Ciclos, nomeadamente nos 5º, 7º e 8º anos de escolaridade, após a aferição das avaliações, o Conselho de Turma ponderará a retenção dos alunos com mais de três níveis inferiores a três, enquanto nos 6º e 9º anos a Não Aprovação remeterá à legislação em vigor”.

7.5. Avaliação das disciplinas de oferta complementar e da atividade de estudo (2º e 3º ciclo)

Apresentam-se em seguida alguns pontos a ter em consideração na avaliação de cada uma destas áreas.

Disciplinas de oferta complementar

- Avaliação sumativa no final dos períodos letivos (escala de 1 a 5);
- Processo de autoavaliação (autorreflexão);
- Instrumentos concebidos pela escola e em diálogo com os alunos.

Atividades de Estudo

- Avaliação descritiva no final dos períodos letivos;
- Processo de autoavaliação dos alunos;
- Instrumentos concebidos pela escola e em diálogo com os alunos.

A terminologia utilizada na avaliação descritiva é: Não satisfaz; Satisfaz e Satisfaz Bem.

PARTE III

1. Enquadramento do Plano de Turma

Considerado como segundo nível de concretização do Projeto Educativo de Escola, o Plano de Turma constitui o último e decisivo passo no sentido da contextualização da ação educativa.

Neste sentido, o Plano de Turma (PT) deve:

- Filiar-se no Projeto Curricular de Escola e no Projeto Educativo de Escola, subordinando-se aos seus objetivos e orientações;
- Adequar-se às características próprias da turma e dos alunos que a compõem aqueles objetivos e orientações, operacionalizando-os.

As finalidades principais do Plano de Turma são:

- Fazer um diagnóstico relativo aos aspetos que possam condicionar o processo de ensino–aprendizagem;
- Promover o trabalho em equipa dos professores;
- Estabelecer uma linha de atuação comum dos professores da turma em todos os domínios da sua ação perante os alunos;
- Facilitar a articulação horizontal dos conteúdos de ensino e a integração dos saberes;
- Adaptar o currículo às características dos alunos, sempre que se considere conveniente;
- Definir uma estratégia educativa global para a turma;
- Utilizar estratégias de diferenciação pedagógica;
- Envolver os Encarregados de Educação no processo educativo.

A elaboração do PT é da responsabilidade do Conselho de Turma e compete a este:

- Analisar a situação da turma e identificar características específicas dos alunos a ter em conta no processo de ensino-aprendizagem;
- Planificar as atividades a desenvolver pelos alunos ao longo do ano;
- Adequar o currículo às características específicas dos alunos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e abordagens interdisciplinares;
- Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e de necessidade educativas especiais dos alunos, solicitando a atuação dos respetivos serviços especializados;
- Avaliar e reajustar a sua atuação aperfeiçoando o Projeto proposto;
- Preparar informação adequada relativa ao processo de aprendizagem e avaliação dos alunos, disponibilizando-a aos pais e encarregados de educação.

2. Esquema Organizativo para a concretização do Plano de Turma.

O Plano de Turma deverá ser elaborado de acordo com o seguinte índice:

1. Introdução / Coerência organizacional

2. Turma

2.1. Caracterização da Turma

2.2. Principais dificuldades identificadas e estratégias a implementar

2.3. Articulação interdisciplinar

2.4. Projetos diversos

3. Alunos

3.1. Alunos referenciados (dificuldades de aprendizagem / outras problemáticas)

3.2. Ações de acompanhamento e complemento pedagógico

4. Avaliação

4.1. Turmas (pautas de avaliação)

4.2. PAT

4.3. Registo de autoavaliação global do aluno

5. Aprovação

5.1. Ata

5.2. PT

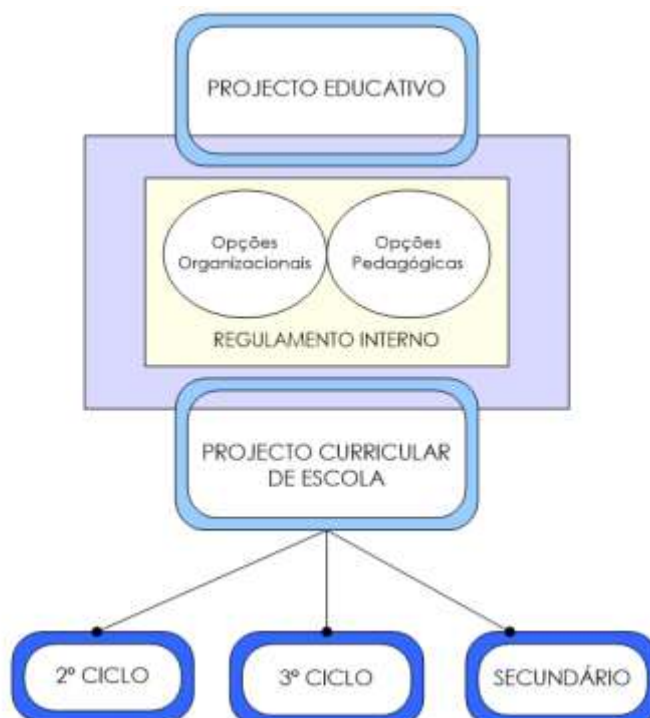
6. Anexos

6.1. Atividades de enriquecimento curricular

6.2. Quadros de Valor e Excelência

Assim concebido, o Plano de Turma, para além de constituir o culminar de um esforço de contextualização da ação educativa torna-se também no potenciador de uma unidade de base das atuações dos professores dos mesmos alunos e de uma maior eficácia da sua ação educativa.

3. Esquema Conceptual



4. Divulgação e Avaliação do Projeto Curricular de Escola

4.1. Divulgação

O Projeto Curricular de Escola deverá ser divulgado a toda a comunidade escolar devendo estar disponível na sala de trabalho de professores e nos serviços administrativos bem como site da escola.

4.2. Revisão/Avaliação

O Projeto Curricular de Escola deverá ser aprovado pelo Conselho Pedagógico da escola e revisto anualmente ou sempre que se verifique desconformidade entre o mesmo e o Regulamento Interno, o Projeto Educativo da Escola ou de legislação emanada pelo Ministério da Educação.

A avaliação decorrerá juntamente com a avaliação do PEE e RI utilizando-se os instrumentos de controlo previstos para os mesmos, nomeadamente: dados dos serviços administrativos; pautas de avaliação final; atas de reuniões.

Terá ainda como base os seguintes indicadores de medida: análise dos resultados escolares; cumprimento do plano anual de escola (PAE); percentagem dos alunos que integram o quadro de excelência; outros que se considerem relevantes.